



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CÂMARA  
MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA TC Nº 68/2020

**EXERCÍCIO 2022**



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

## MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CÂMARA MUNICIPAL

**Emitente:** Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Boa Esperança/ES

**Gestor responsável:** Carlos Venancio

**Exercício:** 2022

### 1. RELATÓRIO

#### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

##### **Código:** 1.2.2

**Ponto de Controle:** Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

**Processos Administrativos analisados:** DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base legal:** CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.

##### **Código:** 1.2.3

**Ponto de controle:** Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento

**Processos Administrativos analisados:** DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Base legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.

**Código:** 1.2.4

**Ponto de Controle:** Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor

**Processos Administrativos Analisados:** DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local

**Procedimento:** Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de retenção/atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte servidor.

**Código:** 1.2.5

**Ponto de Controle:** Parcelamento de débitos previdenciários

**Processos Administrativos Analisados:** DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

**Código:** 1.2.8

**Ponto de Controle:** Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Processos Administrativos Analisados:** DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** LRF

**Procedimento:** Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

**Código:** 1.3.3

**Ponto de Controle:** Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação

**Processos Administrativos Analisados:** TVDISP; EXTBAN;

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

**Procedimento:** Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

**Universo do Ponto de Controle:** Banco 021 – Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária.

**Código:** 1.4.7

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – limite

**Base Legal:** LC 101/2000, arts. 19 e 20.

**Procedimento:** Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

**Universo do Ponto de Controle:** Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados. A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF.

**Código:** 1.4.8

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 21

**Procedimento:** Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

**Código:** 1.4.10

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.

**Procedimento:** Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.

**Universo do Ponto de Controle:** A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas restritivas previstas nos incisos I a V do dispositivo em questão. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF.

**Código:** 1.4.11

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

**Procedimento:** Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).

**Universo do Ponto de Controle:** A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§ 3º e 4º, da CF/88. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF. Portanto, não ultrapassado o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000, não se enseja a adoção das providências descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal de 1988.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
**PODER LEGISLATIVO**

**Código:** 1.4.13

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A, § 1º.

**Procedimento:** Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

**Universo do Ponto de Controle:** O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022. Constatou-se que, no exercício de 2022, tal despesa com folha de pagamento foi de R\$ 1.264.309,91, o que se verifica através da DEMVAP. A despesa orçada para a Câmara Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1.750 de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2022, foi de R\$ 2.736.000,00, valor que também pode ser verificado através do Balanço Financeiro (BALFIN). Dessa forma, o gasto total com folha de pagamento no exercício de 2022 corresponde a 46,21% dos recursos recebidos a título de duodécimos, não ultrapassando, assim, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da CRFB/88.

**Código:** 1.4.17

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.

**Universo do Ponto de Controle:** O subsídio dos Vereadores atendeu, quando da sua fixação, ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88 (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais). Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança têm seu subsídio fixado pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020 (FIXSUB). Essa lei estabelece que de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal fica fixado no valor de R\$ 4.915,00. Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 10.317 de 22 de dezembro de 2014 o fixou em seu artigo 3º, no valor de R\$ 25.322,25. Verifica-se, portanto, que o valor fixado para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a 19,41% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% que estabelece a CRFB/88.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

**Código:** 1.4.18

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

**Universo do Ponto de Controle:** O pagamento dos subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, alínea *b*, da CRFB/88. Para o Exercício de 2022, conforme a Lei Municipal nº 1.722 de 2020, o subsídio mensal dos Vereadores continuou fixado na quantia de R\$ 4.915,00 (quatro mil, novecentos e quinze reais), o que equivale a 19,41% do subsídio de R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), fixado pela Lei Estadual nº 10.317 de 2014, para os Deputados Estaduais. O pagamento dos Vereadores, conforme se extrai dos Extratos Consolidados da Folha de Pagamento do exercício de 2022, manteve a quantia fixada pela lei e, conseqüentemente, respeitou os limites máximos estabelecidos pelo dispositivo em tela.

**Código:** 1.4.19

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – remuneração vereadores

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VII

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.

**Universo do Ponto de Controle:** O total da Receita informado pelo artigo 2º da Lei nº 1.750 de 2022 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022) foi de R\$ 69.274.637,18 (Sessenta e nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), valor que pode ser constatado no RELGES. Aplicado o percentual de 5% sobre esse valor (artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal de 1988) é obtido o valor de R\$ 3.463.731,86 (três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos). O valor referente ao total da despesa com subsídios, que se extrai do BALVER-ANUAL, é de R\$ 539.220,00. Esse valor não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da CRFB/88.

**Código:** 1.4.20

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal – despesa total

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A





## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

### PODER LEGISLATIVO

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

**Universo do Ponto de Controle:** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2022, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

**Código:** 2.2.13

**Ponto de Controle:** Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

**Base Legal:** CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

**Procedimento:** Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

**Universo do Ponto de Controle:** Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, o que se verifica do Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2022. Há, também, autorização contida no artigo 5º da Lei Municipal nº 1.750 de 2022 (LOA 2022).

**Código:** 2.6.3

**Ponto de Controle:** Pessoal – contratação por tempo determinado

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso IX.

**Procedimento:** Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2022.

**Código:** 2.6.4

**Ponto de Controle:** Pessoal – teto





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso XI.

**Procedimento:** Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

**Universo do Ponto de Controle:** O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal de Boa Esperança obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. A Lei Municipal nº 1.723 de 2020 fixou o subsídio mensal do Prefeito em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), valor que se tornou o limite de teto remuneratório na esfera municipal e que não foi ultrapassado pelo teto remuneratório dos servidores da Câmara Municipal.

## **1.2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES**

A Controladoria Interna constata que não foram encontradas irregularidades nos itens selecionados para análise relativos ao exercício de 2022.

Não foram apresentadas proposições ao gestor ante a ausência de registro de irregularidades, entretanto, foram reforçadas medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno.

## **1.3 DA IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**

É importante que sejam esclarecidas, a princípio, questões que prejudiquem a análise da Prestação da Contas pela Unidade de Controle Interno.

Extraí-se do artigo 105 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo (RITCEES) e da Instrução Normativa nº 68 de 2020 que a Prestação de Contas Anual é composta por demonstrações contábeis e demonstrações financeiras exigidas em lei, e outros demonstrativos definidos em ato normativo específico, que buscam indicar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, e observância dos princípios fundamentais de contabilidade e outros dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Administração Pública.

Essa e demais peças e documentos integram a referida PCA, constituindo-se nas contas do órgão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

A IN 68/2020, em sua Tabela Referencial 1, elenca os pontos de controle predefinidos pelo Tribunal e que devem ser objeto de análise pelo Controle Interno. Nesse contexto, e sem dúvidas, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.

A análise de demonstrativos contábeis é atividade típica e exclusiva dos profissionais com formação acadêmica em Ciências Contábeis e devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Dessa forma o exercício das atividades contábeis, sem os requisitos supramencionados configurará crime de exercício ilegal de profissão.

Este Auditor de Controle Interno possui formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja, bacharelado em Direito, mas não possui graduação em Ciências Contábeis, e conseqüentemente, também não possui inscrição no CRC/ES. Dessa forma, não é possível analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico da área contábil.

#### **1.4. PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DA IN TC Nº 68/2020, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO**

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados na tabela de que trata o item 1.1 foram selecionados pela auditoria interna.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Carlos Venancio, gestor da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião as demonstrações e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **regulares** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

## **2.1 RESSALVAS**

A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES para o Exercício de 2022 foi recebida pela Controladoria Interna na data de 24 de março de 2023, através do e-mail [controladoria@boaesperanca.es.leg.br](mailto:controladoria@boaesperanca.es.leg.br).

Durante exercício de 2022, ante a exoneração do servidor lotado na vaga de Auditor de Controle Interno, o que se extrai da Portaria nº 42 de 2022, novo aprovado no Concurso Público 01/2019 foi nomeado, através da Portaria nº 49 de 2022. Dessa forma, a Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES mantém apenas 01 (um) servidor efetivo em sua estrutura.

<b>Quantidade</b>	<b>Cargo</b>	<b>Formação</b>
01	Auditor de Controle Interno	Direito

Diante da estrutura atual do Controle Interno, não há capacidade técnica e habilitação profissional contábil para a apreciação e comprovação da exatidão dos registros contábeis. Assim, não é possível exarar opiniões acerca das demonstrações contábeis.

Boa Esperança/ES, 31 de março de 2023.

Carlos Henrique Turini Gomes

**Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES**